

APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO E DOCÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA UERN

NOTES ABOUT GENDER AND TEACHING IN THE STRICTO SENSU POST GRADUATION: AN EXPLORATORY STUDY AT UERN

NOTAS SOBRE GÉNERO Y DOCENCIA EN LA GRADUACIÓN DE POSGRADO STRICTO SENSU: UN ESTUDIO EXPLORATORIO EN LA UERN

MARIA TATIANA PEIXOTO

Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Técnica administrativa na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Pau dos Ferros – RN.

mariatatianapeixoto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5326-5967>

MARÍLIA MARIA DE JESUS QUEIROZ

Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP) – Pau dos Ferros – RN.

marilia.j.queiroz@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1794-4812>

SIMONE CABRAL MARINHO DOS SANTOS

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Pau dos Ferros – RN.

simonecabral@uern.br

<https://orcid.org/0000-0001-8338-8482>

THEMIS CRISTINA MESQUITA SOARES

Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Curso de graduação em Educação Física e do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Pau dos Ferros – RN.

themissoares@uern.br

<https://orcid.org/0000-0003-3724-2647>

Resumo

A desigualdade de gênero é uma questão emergente e nas universidades, especialmente na docência, esse cenário não é diferente. Embora a presença de mulheres nas universidades tenha aumentado consideravelmente nos últimos anos, persiste uma conjuntura de disparidades no ensino superior. Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre gênero e docência no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), tendo como foco 22 programas de pós-graduação. O estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa documental, por meio da análise de relatório fornecido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) do ano de 2020. Os resultados apontaram que a presença masculina é predominante na maioria das categorias analisadas. Considerando as áreas de avaliação da CAPES que integram os referidos programas, cinco delas são dominadas por homens, uma é constatada paridade de gênero e em outra, a representatividade de mulheres se apresenta levemente superior. Quanto à ocupação de cargos de gestão e vinculação de bolsa produtividade, o número de mulheres é relativamente menor em comparação ao número de homens. Com esse estudo, percebe-se a necessidade de avanços quanto à inserção e permanência de docentes mulheres na pós-graduação *stricto sensu*, embora os sinais de ruptura da assimetria na participação de mulheres em relação aos homens já sejam visíveis nos programas da UERN.

Palavras-chave: Pós-graduação. Docência. Gênero.

Abstract

Gender inequality is still an emerging issue and, in universities, especially in teaching, this scenario is no different. Although the presence of women in universities has increased considerably in recent years, a situation of disparities in higher education persists. This article aims to discuss the relationship between gender and teaching in the field of *stricto sensu* graduate program at the State University of Rio Grande do Norte (UERN), focusing on 22 post graduation programs. The study was developed from documentary research, through the analysis of a report provided by the Pro-Rectorate of Research and Graduate Studies (PROPEG) for the year 2020. The results showed that the male presence is predominant in most of the analyzed categories. Considering the CAPES evaluation areas included in the said programs, five of them are dominated by men, one there is gender parity and in another the women representation is slightly higher. As for management positions and productivity grants, women representation is relatively lower compared to men. With this study, we can see the need for advances regarding the insertion and permanence of women professors in the *stricto sensu* graduate program, although the signs of asymmetry ruptures in the participation of women in relation to men are already visible in the UERN programs.

Keywords: Post graduation. Teaching. Gender.

Resumen

La desigualdad de género es un tema emergente y, en las universidades, especialmente en la docencia, este escenario no es diferente. Si bien la presencia de mujeres en las universidades ha aumentado considerablemente en los últimos años, persiste una situación de disparidades en la educación superior. Este artículo tiene como objetivo discutir la relación entre género y docencia en el ámbito de los estudios de posgrado *stricto sensu* de la Universidad del Estado de Rio Grande do Norte (UERN), centrándose en 22 programas de posgrado. El estudio se desarrolló a partir de una investigación documental, a través del análisis de un informe proporcionado por el Decanato de Investigación y Posgrado (PROPEG) para el año 2020. Los resultados mostraron que la presencia masculina es predominante en la mayoría de las categorías analizadas. Considerando las áreas de evaluación de la CAPES que forman parte de los referidos programas, cinco de ellas están dominadas por hombres, en una hay paridad de género y en otra la representación de mujer es ligeramente superior. En cuanto a los puestos directivos y las becas de productividad, la representación de mujer es relativamente menor en comparación con los hombres.

Con este estudio, podemos ver la necesidad de avances en cuanto a la inserción y permanencia de profesoras en el programa de posgrado *stricto sensu*, aunque ya son visibles en los programas de la UERN los signos de rupturas de asimetría en la participación de las mujeres en relación a los hombres.

Palabras clave: Posgraduación. Enseñando. Género.

1 INTRODUÇÃO

A expansão da pós-graduação brasileira é um fenômeno recente, passando a apresentar evolução significativa somente a partir de 1998 (CIRANI; CAMPANÁRIO; SILVA, 2015). Com efeito, cresceu consideravelmente a quantidade de doutores com atuação no ensino superior, de 26,4% em 2009, para 45,9% em 2019 (BRASIL, 2020b). Para além do número de professores ativos na pós-graduação, faz-se necessário refletir sobre as questões de gênero nesse espaço. Nesse sentido, considerando os espaços de debate na sociedade contemporânea, a Universidade se constitui como o lugar proeminente para essa reflexão, em que se oportuniza a desconstrução de preconceitos e estereótipos que foram construídos ao longo da história.

Mas a tentativa de desconstrução da condição de inferiorização da mulher permanece como um desafio diário. Embora sejam significativos e notórios os avanços na questão legal, a cultura patriarcal naturaliza a condição de desigualdade das mulheres. Embora a Constituição Federal de 1988 pregue a igualdade, estabelecendo a isonomia entre mulheres e homens, a igualdade de gênero é um desafio, tanto no sentido objetivo do termo (igualdade de oportunidades e direitos em relação ao gênero masculino), quanto na perspectiva histórico-social do combate à forma depreciativa e preconceituosa como a mulher é ainda enxergada na sociedade.

A discussão em torno da presença das mulheres no ambiente acadêmico, principalmente na pós-graduação *stricto sensu* (um dos pontos de partida para a produção de ciência), torna-se emergente, frente às desigualdades impostas historicamente às mulheres pela sociedade, já que, a depender da área científica, a representatividade da mulher cai drasticamente. Em pesquisa realizada por Tuesta *et al.* (2019), os autores fazem uma avaliação sobre a participação da mulher nos cursos de Ciências Exatas e da Terra em escala nacional, constatando que a proporção de homens, comparando-se com a de mulheres, é superior em quase todas as subáreas, em torno de 32% de diferença.

A entrada das mulheres na educação superior está relacionada principalmente à sua inserção nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde; já o homem, desde a implantação das primeiras universidades, historicamente privilegiou as áreas de Ciências Exatas e da Terra

(PINTO; CARVALHO; RABAY, 2017). Embora exista uma tendência de inserção crescente das mulheres em todas as áreas do ensino superior, ainda é possível observar, no âmbito nacional, a prevalência do gênero masculino nos cursos de exatas (TUESTA *et al.*, 2019).

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), considerando o levantamento de dados do Relatório disponibilizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), até dezembro de 2020, nos 22 programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes, verifica-se a predominância de docentes homens, em relação ao número de mulheres docentes. Dos dados levantados, observa-se que o gênero masculino se sobressai numericamente tanto na representatividade total de docentes atuantes na pós-graduação, quanto por áreas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Com efeito, as coordenações dos programas de pós-graduação na UERN não fogem da tendência nacional, já que, historicamente os cargos de gestão são ocupados em sua maioria por homens (BRASIL, 2018). Considerando essa condição da mulher, partimos da seguinte problemática: qual o lugar da mulher docente na pós-graduação *stricto sensu* da UERN? Baseando-se nesta questão problema, optou-se por um estudo descritivo-analítico com objetivo de compreender as nuances da abordagem de gênero e docência na pós-graduação *stricto sensu* da UERN.

2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido com base na pesquisa descritiva e exploratória, fazendo uso de dados quantitativos (FONSECA, 2002). Com efeito, utilizamos das pesquisas documental e descritiva-analítica. A documental se deu por meio da análise do Relatório fornecido às pesquisadoras pela PROPEG da UERN.

O Relatório, objeto desta análise, contém dados quantitativos de 22 programas de pós-graduação *stricto sensu* vinculados à UERN, até a data limite de dezembro de 2020. Esse relatório traz a quantidade de docentes atuantes na pós-graduação, listados nominalmente, de acordo com o programa ao qual estão vinculados. Ali estão computados, no total, 322 registros funcionais de docentes atuantes nos programas *stricto sensu* da UERN, considerando as repetições. Entende-se por repetições, os docentes vinculados a mais de um programa.

No quadro 01, a seguir, destacamos os 22 programas, distribuídos por área da CAPES, modalidade (acadêmico ou profissional), oferta de cursos (mestrado/doutorado) e tipo de vinculação do programa à UERN.

Quadro 01 - Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UERN (2020).

Nº	Programa	Área de avaliação da capes	Acadêmico/ Profissional	Curso Mestrado/ Doutorado	Vinculação com a UERN como Coordenadora/ Associada/ Rede
1	Programa de Mestrado Profissional em Filosofia – PROFFILO	Filosofia	Profissional	Mestrado	Rede
2	Programa de Pós-Graduação em Letras - PROFLETRAS/PFER ROS	Linguística e Literatura	Profissional	Mestrado	Rede
3	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação – PPGCC	Ciência da Computação	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
4	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPCL	Linguística e Literatura	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
5	Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais – PPGCN	Ciências Ambientais	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
6	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH	Interdisciplinar	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
7	Programa de Pós-Graduação em Economia – PPE	Economia	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
8	Programa de Pós-Graduação em Educação – POSEDUC	Educação	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
9	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biologia – PROFBIO	Ciências Biológicas I	Profissional	Mestrado	Rede
10	Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTORIA	História	Profissional	Mestrado	Rede
11	Programa de Pós-Graduação em ensino – POSENSINO	Ensino	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora

12	Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGE	Ensino	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
13	Programa de Pós-graduação em Física – PPGF	Astronomia/ Física	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	Coordenadora
14	Programa de Pós-Graduação em Geografia	Geografia	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
15	Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL	Linguística e Literatura	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	Coordenadora
16	Programa de Pós-Graduação em Letras – PROFLETRAS/ASSU	Linguística e Literatura	Profissional	Mestrado	Rede
17	Programa de Pós-Graduação em Letras – PROFLETRAS/MOS SORÓ	Linguística e Literatura	Profissional	Mestrado	Rede
18	Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES	Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
19	Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade – PPGSS	Medicina II	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
20	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais – PPGSSDS	Serviço Social	Acadêmico	Mestrado	Coordenadora
21	Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular – PMBqBM	Ciências Biológicas II	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	Associada
22	Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas – PPGMCF	Ciências Biológicas II	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	Associada

Fonte: Brasil (2020a) e UERN-PROPEG (2020).

A pesquisa descritiva, ao procurar descrever fatos e/ou fenômenos de determinada realidade (LAKATOS; MARCONI, 2003), nos permitiu adentrar sobre as nuances, as características e os aspectos relacionados à presença feminina docente na pós-graduação *stricto sensu* da UERN. De posse dos dados, a análise se deu pela quantificação e interpretação, no

modelo descritivo/analítico, como definido por Lakatos e Marconi (2003). A respeito da interpretação dos dados, os autores afirmam que ela “[...] esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 168).

A quantidade de sujeitos foi trabalhada sob duas perspectivas: o número total de docentes com repetições (322) foi utilizado para quantificar os professores por gênero, verificando-se a representatividade docente homem/mulher por área de avaliação da CAPES; o número total, eliminando-se os homônimos através do número de matrícula (301), foi utilizado para quantificar o número real de professores por gênero, permitindo verificar quantos professores de cada gênero atuavam em mais de um programa. Por fim, verificou-se a quantidade de docentes vinculados à Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tanto por grande área de avaliação da CAPES, quanto por gênero, objeto principal desta pesquisa.

Com efeito, neste estudo exploratório foram considerados os docentes permanentes e colaboradores que atuavam nas pós-graduações da UERN até dezembro de 2020. Para essa análise, também se partiu do recorte quanto à atuação em cargo de gestão, pesquisando-se a quantidade de mulheres ocupantes do cargo de coordenação nos 22 programas de pós-graduação da UERN.

Essa busca se deu no site da PROPEG, em que são listados todos os programas de pós-graduação da Universidade, como também na Plataforma Sucupira, para confirmação dos dados. Somam-se a essas informações, consulta à base de dados do CNPq, quanto aos bolsistas PQ, tanto por nome quanto por instituição, o que permitiu uma análise quantitativa da distribuição de bolsas diante da abordagem de gênero.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Os estudos de gênero se configuram como um importante avanço da democracia, sobretudo para a conquista da cidadania e igualdade de direitos. Não se trata da defesa de uma simples igualdade numérica, na ocupação das várias funções e campos de atuação social, mas, principalmente, da mudança de percepção da sociedade frente aos novos espaços ocupados pelas mulheres, aos seus lugares de “fala”.

Em um contexto de dominação, segundo a autora indiana Spivak (2010), a oportunidade de falar e de ser ouvido é para poucos. Ao protagonizar o debate sobre a condição de subalternidade na vida social, Spivak (2010) reivindica o poder de fala, de ser ouvida e de contar a sua história, questionando práticas e atos discursivos que determinam quem pode ou não falar, ou mesmo, que pode falar pelo outro ou no lugar do outro.

Para a autora, o sujeito subalterno que não tem lugar de fala, não é ouvido. Ao se colocar na condição de mulher, a autora problematiza a sua situação de subalternidade imposta duplamente: primeiro, pelo persistente cenário de dominação imperialista do projeto de colonização ocidental e, segundo, por ser mulher, a subalternidade é mais arduamente imposta, posto que “[...] a condição ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 66-67).

Questionando narrativas que negam à mulher o lugar de fala, Spivak (2010) reclama por um reposicionamento da condição de subalternidade. É nesse contexto que a autora chama a responsabilidade de intelectuais para combater a subalternidade, a começar pelo questionamento da posição de quem fala em nome de outro, relegado ao silenciamento e invisibilidade (SPIVAK, 2010, *apud* DOMINGOS; SANTOS, 2022).

Isso passa tanto por uma mudança de visão, quanto pela criação de mecanismo de visibilidade dos sujeitos socialmente invisíveis. Assim, para uma maior participação da mulher no campo científico, reveste-se de importância os estudos de gênero para o enfrentamento da desigualdade. Tuesta *et al.* (2019, p. 37) afirmam que “há várias décadas, estudos sobre a presença das mulheres na ciência são realizados e servem para identificar a sua participação e produção, como também são usados de base para o desenvolvimento de políticas científicas de incentivo e valorização feminina na ciência”

Para melhor compreender a ocupação da mulher em espaços historicamente masculinos, como na área científica, por exemplo, é importante tratar sobre o percurso árduo e complexo da apropriação das mulheres em espaços de poder, ainda atravessados por hierarquias sexistas que subalternizam a mulher e sua ascensão. Nesse sentido, a compreensão de gênero é primordial para o desenvolvimento deste estudo, que também problematiza a estrutura patriarcal e seus desdobramentos.

Gênero é a tônica da discussão do movimento feminista e, por isso, muitas(os) teóricas(os) se debruçam sobre esse tema (SILVA, 2015). A complexidade do estudo de gênero se confirma pela amplitude do campo de debate e pesquisa nessa área, principalmente nas últimas décadas. Entre as diversas definições e perspectivas teóricas, é importante apontar para o que é fundamental dentro da discussão, que são as construções culturais e sociais criadas na atribuição de papéis, do que seria “apropriado” ao ser homem ou mulher dentro de uma sociedade (SCOTT, 1995).

Tratar de gênero não é uma mera substituição semântica para a compreensão do que é ser mulher, mas, principalmente, significa entender a intersecção, e atravessamentos nas relações e construções sociais dos sujeitos no processo civilizatório. Não é possível compreender as implicações do termo gênero sem considerar de que forma os sujeitos atuam, percebendo os lugares de poder e subalternidade a partir do que se entende e se espera das identidades (SCOTT, 1995).

A discussão de gênero passa pela compreensão dessa categoria como histórica e social, destacando os aspectos subjetivos das produções dos sujeitos, não havendo, necessariamente limites fixos entre o que é social e o que é orgânico, rompendo, assim, a ideia de binaridade dentro dessa categoria, já que a materialização dos corpos acontece de diversas formas e experiências. Ao discutir gênero, tratamos sobre as diversas possibilidades de identidade e construção de existências, que são subjetivas, ao passo que também são produzidas com e pelo meio social (NASCIMENTO, 2021).

Ao longo do desenvolvimento do movimento feminista, a ideia e discussão de gênero movimentou a compreensão sobre a multiplicidade e formas de experienciar existências, quebrando e problematizando a binaridade – masculino e feminino. Esse entendimento começa a se desenvolver de modo mais profundo e qualificado a partir da segunda onda, durante a década de 1960, embora o movimento ainda tivesse limites de categoria, como a interseccionalidade (LOURO, 2003).

É preciso salientar que o movimento feminista possui, no seu histórico, limites reais e práticos na inclusão e exclusão da experiência das *mulheridades*¹, o movimento feminista negro é um grande exemplo desta marca. Ao longo do processo de luta de mulheres pela conquista de

¹ Conceito desenvolvido pela autora Letícia Carolina Pereira do Nascimento em seu livro *Transfeminismo* (2021), em que apresenta o termo *mulheridades* em substituição a mulher no singular, por considerar que é importante entender as diferentes formas de experienciar o gênero.

direitos, o atravessamento de raça e classe foi uma grande cisão, considerando que os movimentos encabeçados pelas mulheres brancas, e de classe média/alta, não entendiam o racismo como mais uma camada de opressão e exploração (DAVIS, 2016).

A ideia de que todas as mulheres sofrem sobre o mesmo prisma de opressão sexista desconsidera a multiplicidade de experiências. As mulheres não brancas, considerando o processo de escravização, foram marginalizadas social, histórica e economicamente nos mais diversos espaços e instituições. Quando consideramos os espaços acadêmicos o apagamento é ainda mais profundo e estrutural, enquanto mulheres brancas lutavam pelo acesso ao ensino superior, mulheres negras não tinham acesso à educação básica (HOOKS, 2019).

Quando pensamos na realidade brasileira, Gonzalez (2020) nos alerta que o “mito da democracia racial” acabou por reforçar uma ideologia de branqueamento. Essa ideia reforçava a perspectiva de que a população negra ocupava os mesmos lugares e espaços, gozando dos mesmos direitos da população branca. No entanto, é um argumento insustentável quando observamos as condições de trabalho, acesso à educação, saúde e, sobretudo, a violência.

As atribuições de papéis, principalmente às mulheres, geram uma série de contradições e desigualdades, sobretudo no campo do trabalho e/ou mercado. A divisão sexual do trabalho é um grande problema histórico, e ganha profundo respaldo com o advento do capitalismo, que tem implicações extremamente negativas para a ascensão da mulher no mercado de trabalho e em espaços de poder, principalmente (BIROLI, 2018).

É importante compreender que o patriarcado atribuiu às mulheres um lugar de cuidado, de reprodução da vida, ou, reprodução social, lugar este que é lucrativo, sobretudo no sistema capitalista. A delegação das atividades domésticas coloca as mulheres não só em um lugar de subalternidade, mas também de precarização, sobrecarga e inviabiliza sua ocupação em espaços produtivos (ARRUZZA, 2015).

A reprodução social trata ainda do apagamento, proposital, de uma categoria:

O conceito de reprodução social, então, nos permite localizar mais precisamente a qualidade móvel e porosa das paredes do lar: em outras palavras, a relação entre, de um lado, a vida doméstica dentro do lar e o fenômeno de mercantilização, sexualização da divisão do trabalho, e as políticas do Estado de bem-estar social, de outro. A reprodução social também nos permite analisar mais efetivamente fenômenos como a relação entre a mercantilização do trabalho de cuidado e sua “radicalização” por políticas de migração repressivas, como aquelas que possuem o objetivo de abaixar os custos do trabalho imigrante e forçar a aceitação de condições de trabalho análogas à escravidão (ARRUZZA, 2015, p. 56).

Mesmo com todas as transformações e conquistas, as mulheres ainda precisam se dedicar mais às tarefas reprodutivas, como cuidado com a casa, família, filhos etc., além de receber menores salários, se comparadas aos homens. Isso ocorre mesmo com as mulheres tendo mais acesso ao ensino formal, como destaca Biroli (2016):

[...] Isso se dá mesmo quando, como acontece no Brasil de hoje, acompanhando tendências verificadas em outras partes do mundo, as mulheres têm mais tempo de ensino formal que os homens e são a maior parte dos indivíduos que completam o ensino superior. A ampliação do acesso à educação e as transformações no padrão ocupacional não permitiram superar as desigualdades entre mulheres e homens nos rendimentos e a maior precariedade das primeiras nas relações de trabalho (BIROLI, 2016, p. 720).

A desigualdade de gênero pode ser percebida em vários aspectos e setores da sociedade brasileira, também na divisão sexual de trabalho. Tem-se, por exemplo, conforme dados de 2016, que o tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos era de 18,1 horas semanais para mulheres, enquanto os homens despendem para essas atividades apenas 10,5 horas do seu tempo semanal. No Nordeste, o quantitativo de horas gastas nesses cuidados e afazeres, com base na mesma pesquisa, é ainda maior, 19h semanais, sendo a única região a ultrapassar a média nacional (BRASIL, 2018).

A exaustiva carga de cuidados e atividades reprodutivas realizadas por mulheres reflete expressivamente na ocupação do seu tempo, e, conseqüentemente, prejudica o seu ingresso em postos de trabalho fora do ambiente do lar. Em 2016, a proporção de ocupados em trabalhos de menor turno, por sexo, no Brasil, mostra “um percentual mais elevado de mulheres que trabalham em período parcial, de até 30 horas, quando comparado com os homens” (BRASIL, 2018, p. 4).

O conceito de reprodução social nos permite aprofundar ainda mais o debate de divisão sexual de trabalho, entendendo que a reprodução da vida é um importante componente para a sobrevivência do capital, sobretudo porque se faz a partir da exploração de uma categoria historicamente marginalizada e subalternizada em aspectos sociais, econômicos e educacionais (ARRUZA, 2015).

É importante denotar que ao falarmos de reprodução social, amplia-se o debate para além da discussão das tarefas domésticas, mas da reprodução em seu nível geracional que envolve:

[...] trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões

domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade (ARRUZA, 2015, p. 55).

Além da questão de gênero, é preciso incluir nesse debate categorias como classe e raça, que são eixos fundamentais para a compreensão das classificações estabelecidas na divisão sexual do trabalho e suas consequências. Considerando as oportunidades de acessos ao trabalho, escolarização, renda, profissionalização e outros campos, o homem branco ocupa primeiro lugar, seguido pela mulher branca, que ainda goza de alguns privilégios em relação ao homem negro, que, por sua vez, possui vantagens sobre a mulher negra (BIROLI, 2018).

O patriarcado, enquanto sistema de opressão dos homens sobre as mulheres associado ao capitalismo, cria uma série de armadilhas e explorações. O patriarcado atribui às mulheres os cuidados com a casa, com os filhos e atividades domésticas em geral, sem qualquer remuneração, deixando os homens livres para se engajar no trabalho que de fato é remunerado. Essa exploração, no entanto, não cessa no âmbito privado, pois o capitalismo também se apropria dessa estrutura patriarcal desigual, para impor atividades e papéis às mulheres que dificultam sua ascensão e igualdade (BIROLI, 2018).

Compreender o patriarcado como estrutura é imprescindível nessa discussão, isso porque o Estado também se ancora na exploração de gênero, raça e classe, validando as desigualdades e ampliando a opressão. Trata-se também, de uma relação civil que se materializa por meio de uma relação hierárquica e que “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004).

Todos os desdobramentos da divisão sexual do trabalho atingem as mulheres em seus espaços de atuação, e na ciência não é diferente. Uma das principais reivindicações do movimento sufragista era o acesso à educação, especialmente ao ensino superior. E ainda que se tenham conseguido avanços e as mulheres estejam ocupando grandes espaços no meio científico, é preciso considerar que há assimetrias e hierarquias que precisam ser superadas, sobretudo quando se trata do espaço acadêmico, universitário.

No Brasil, apenas em 1879 as mulheres conseguiram ter acesso ao ensino universitário, ainda que de forma elitista, pois se tratava, predominantemente, de mulheres abastadas, burguesas e brancas. Mas até as primeiras décadas do século XX, os espaços acadêmicos permaneciam avessos à presença feminina. Só a partir da década de 1950, por conta dos movimentos sociais feministas, a academia passou a receber mais mulheres, o que constituiu, de fato, um grande salto quantitativo na década de 1970. Em aproximadamente 50 anos, as

mulheres ultrapassaram a população masculina nas universidades, no entanto, ainda representam apenas 29% das cientistas no mundo (BARROS; MOURÃO, 2020).

Na pós-graduação *stricto sensu* brasileira, as mulheres ocupam 42% dos cargos docentes; essa discrepância é ainda mais observada em instituições de pesquisa como o CNPq em que, dos 18 membros que participam dos comitês de assessoramento, apenas três são mulheres (BARROS; MOURÃO, 2020).

Essa predominância masculina também é perceptível em cargos de gestão, a exemplo dos coordenadores de área da CAPES. Como observam Barros e Mourão (2020), em se tratando de coordenadores de área da CAPES (cuja indicação é oriunda dos próprios pares da comunidade acadêmica), dos nomeados para exercício das atividades no período de 2018-2022, as mulheres ocupam apenas 13 dos 49 cargos para os coordenadores da área de pesquisa, representando um percentual de 27% de participação de mulheres em cargos administrativos. Mesmo com mulheres ocupando espaços educacionais até pouco tempo inimagináveis, a discrepância permanece. Daí a relevância de se refletir sobre os obstáculos e dificuldades da representatividade de gênero na pós-graduação (BARROS; MOURÃO, 2020).

A participação de mulheres em cargos gerenciais é historicamente menor, informação comprovada gradativamente por várias pesquisas ao longo do tempo e, mais recentemente, pelo estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” publicado pelo IBGE em 2018, com base em dados colhidos no ano de 2016. Segundo esses dados, 60,9% dos cargos gerenciais do Brasil eram ocupados por homens, sendo constatada também grande diferença nos rendimentos, com as mulheres recebendo, em média, R\$542,00 (quinhentos e quarenta e dois reais) a menos que os homens (BRASIL, 2018).

A academia, por se tratar de um ambiente que visa promover e desenvolver o senso crítico dos sujeitos para as questões da sociedade, precisa repensar sobre as disparidades de gênero que ocorrem no espaço acadêmico, sobretudo em sua estrutura hierárquica, como nas reitorias e em cargos de gestão e/ou coordenação. Também é preciso pensar na participação feminina frente às atividades de pesquisa, ensino e extensão, bem como nas promoções acadêmicas e na questão salarial. Reavaliar a própria estrutura das Instituições de Ensino Superior (IES) é fundamental para criar ambientes cada vez mais plurais e equitativos (FARBER; VERDINELLI; RAMEZANALI, 2012).

Ao falar de acesso à educação, é importante destacar a descentralização que a interiorização das Universidades empreendeu ao longo dos últimos anos, promovendo uma revolução no(s) interior(es) do Brasil. O desenvolvimento regional foi impulsionado pela ampliação de novos *Campus* Avançados de Universidades já existentes e pela criação de novas Universidades e Institutos Federais, que possibilitaram (re)pensar a relação entre as comunidades e o espaço universitário, principalmente no interior do país, a partir de teorias e práticas acadêmicas/científicas.

O fenômeno da expansão universitária vivenciada na sociedade brasileira no último decênio significou uma ampliação das oportunidades e novas formas de qualificação técnica e educacional, através do aumento de unidades e da interiorização de IES. Para Delfino (2020, p. 17), isso permitiu que “vivências acadêmicas de graduação, pós-graduação e através do ensino, pesquisa e extensão, se fizessem mais próximos da sociedade, corroborando para o desenvolvimento social de regiões”.

O Brasil possui uma extensão territorial continental, atravessado por muitas desigualdades, em diversos âmbitos sociais: econômicos, educacionais, territoriais e tantos outros. Principalmente, quando pensamos na desigualdade regional, que acentua profundamente outras disparidades no campo econômico-social, permitindo que a concentração de riqueza e poder ainda continue na mão de poucos. Ainda que o Estado tenha como garantia constitucional a universalidade da educação, na prática, o acesso para muitos ainda permanece restrito (VARGAS, 2016).

A interiorização do ensino superior acontece, principalmente, na tentativa de atenuar essas desigualdades, bem como acelerar e ampliar o acesso de estudantes de cidades pequenas e médias à academia, oportunidades que antes só eram possíveis em cidades de maior porte e, portanto, restritas a poucos. Destaca-se, portanto, a importância da ampliação da população no ensino superior, através de políticas socioeducacionais que visem também possibilitar a ascensão da classe trabalhadora (VARGAS, 2016).

Foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB) e também do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2001 à 2010, que se estabeleceu o marco de uma política que buscava a expansão de IES para o interior do Brasil, propiciando, assim, o desenvolvimento regional em lugares até então esquecidos pelas políticas de Estado (FUSCO, 2017).

Na região Nordeste, os indicadores de desigualdades ainda sobressaem, se comparados com as demais regiões do Brasil, embora seu crescimento socioeconômico tenha sido considerável nas últimas décadas. A partir da década de 2000, o crescimento dos estados do Nordeste, e de todo o interior nordestino, foi revolucionário, principalmente com relação ao acesso do ensino superior. O desenvolvimento regional foi extremamente beneficiado com as IES, possibilitado também pela sua parceria com a iniciativa privada e pequenos produtores das regiões interioranas (FUSCO, 2017).

Para compreender esse cenário de interiorização da educação, este estudo volta-se para o semiárido brasileiro, no Estado do Rio Grande do Norte. O estado potiguar dispõe de 192 (cento e noventa e dois) cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que estão distribuídos em sete municípios, são eles: Assú, Caicó, Macaíba, Mossoró, Natal, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Estes cursos estão disponíveis em seis instituições: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Santos Dumont (IEPSAD), UERN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e Universidade Potiguar (UnP) (DELFINO, 2020).

A UERN, lócus de pesquisa deste trabalho, foi criada em 28 de setembro de 1968 a partir da Lei Municipal nº 20/1968, assinada pelo então prefeito Raimundo Soares de Souza. Inicialmente vinculada à Fundação Regional do Rio Grande do Norte, seu nome de criação foi Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), tendo como sede a cidade de Mossoró/Rio Grande do Norte (DELFINO, 2020).

A UERN iniciou esse processo de interiorização através da expansão e oferta dos cursos de graduação e, posteriormente, através dos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado, beneficiando enormemente os interioranos, que antes não tinham oportunidade de ingressar no ensino superior, ou que para isso precisavam se deslocar até a metrópole. Agora poderiam chegar à Universidade sem sair da sua própria cidade, ou deslocando-se para lugares próximos, para as chamadas cidades polo (QUEIROZ; COELHO; SILVA, 2020).

Atualmente, a UERN conta com 14 (quatorze) programas e 16 (dezesseis) cursos na modalidade *stricto sensu*. E enquanto Instituição Receptora, a universidade chega a somar 24 (vinte e quatro) cursos, entre mestrado, mestrado profissional e doutorado. É importante destacar a existência de dois cursos de doutorado oferecidos pela UERN, Física e Letras (DELFINO, 2020).

Conforme o site oficial da UERN, o processo de expansão da universidade se fez em duas fases principais: a primeira, entre os anos de 1974 e 1980, voltada para uma ampliação mais geográfica, com a criação dos *campi* avançados de Assu (1974), Pau dos Ferros (1977) e Patu (1980). A segunda fase, a partir de 2000, e ainda em andamento, é marcada tanto pela expansão geográfica quanto acadêmica, com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise dos dados do Relatório fornecido pela PROPEG da UERN, há um número total de 322 docentes vinculados aos 22 programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, distribuídos entre as cidades de Assú, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros.

Num primeiro momento, considerou-se a totalidade dos professores, eliminando-se homônimos que indicassem repetição de docentes já contabilizados, o que foi possível por meio da verificação do número de matrícula presente no relatório, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Essa ação foi necessária por haver docentes vinculados a até três programas diferentes, o que levaria a um número irreal, considerando-se a representatividade total de sujeitos.

Ao eliminar-se as repetições, restaram um total de 301 docentes. Mas tão importante quanto fazer o levantamento total de sujeitos foi quantificar as coordenações dos programas por gênero, conforme exposto na tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Quantidade de docentes vinculados aos programas de pós-graduação da UERN, com e sem repetições de nomes, e mensuração das coordenações por gênero.

Quantidade	Gênero Feminino	Gênero Masculino	Total
Quantidade com repetições	138	184	322
Quantidade sem repetições	130	171	301
Coordenação dos programas	9	13	22

Fonte: elaborada pelas autoras (2020).

Entendendo-se o termo repetição como referência aos docentes vinculados a mais de um programa de pós-graduação, é possível perceber uma disparidade entre os gêneros, com relação a essas múltiplas vinculações. Com efeito, oito mulheres atuavam em mais de um programa de pós-graduação, enquanto treze homens estavam na mesma condição. Essa disparidade pode ser consequência da diferença já percebida no quantitativo total de docentes

por gênero. Considerando a categoria sem repetições de nomes, a diferença é de 14% a mais de docentes do gênero masculino em relação ao quantitativo total de docentes do gênero feminino.

Os cargos de gestão, historicamente ocupados por homens, configuram-se como tema relevante no debate de gênero em qualquer âmbito da sociedade, principalmente dentro das Universidades, espaço de construção dos sujeitos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2018), apenas 39,1% das mulheres, considerando-se o setor público e privado no Brasil, ocupavam cargos de gestão em 2016. Essa tendência nacional pode também ser observada no quesito que aponta a quantidade de mulheres à frente da coordenação de programas de pós-graduação na UERN.

Apesar da Universidade apresentar uma porcentagem de mulheres ocupantes do cargo de coordenação de pós-graduação (41%) mais elevada que a média nacional de mulheres ocupantes de cargos de gestão (39,1%), ainda se nota uma diferença entre os gêneros. Obteve-se, como resultado, que dos 22 programas de pós-graduação, 9 eram coordenados por mulheres e 13 por homens, uma diferença de 18% a mais para o gênero masculino.

Fazendo um contraponto com dados referente à discentes vinculados aos referidos programas de pós-graduação da UERN investigados, conforme dados fornecidos pela PROPEG, o número de mulheres tituladas no ano de 2020, foi 26% superior ao número de homens. Em números absolutos, de um total de 249 discentes titulados, entre mestres e doutores, 157 foram mulheres e 92 homens. Vale salientar que a titulação majoritária é em nível de mestrado, uma vez que os programas de pós-graduação da UERN ofertam, em sua maioria, apenas o curso de mestrado. O fato é que no universo do prolongamento da escolarização na educação superior, as mulheres se destacam, ganhando mais espaço, mas permanece minoria quando se trata de docentes e pesquisadoras.

Buscou-se também analisar a presença de mulheres docentes nas pós-graduações considerando-se as nove grandes áreas de avaliação da CAPES. Os programas da UERN encontram-se inseridos em sete dessas, sendo elas: Ciências Biológicas (3), Ciências da Saúde (1), Ciências Humanas (4), Ciências Sociais Aplicadas (3), Linguística, Letras e Artes (5), Ciências Exatas e da Terra (2) e Área Multidisciplinar (4).

Para uma análise representativa, foram mantidos os 322 nomes dos docentes, considerando-se as repetições, estando então presentes, nessa perspectiva, 100% dos sujeitos

pesquisados. O objetivo foi mensurar a presença docente feminina por área de avaliação da CAPES, expressa na tabela 2, abaixo:

Tabela 2 – Representatividade de Gênero na UERN por área de avaliação da CAPES.

Áreas de avaliação da CAPES	Gênero Feminino	Gênero Masculino
Ciências Biológicas	48%	52%
Ciências da Saúde	42%	58%
Ciências Humanas	37%	63%
Ciências Sociais Aplicadas	50%	50%
Linguística, Letras e Artes	51%	49%
Ciências Exatas e da Terra	12%	88%
Multidisciplinar	44%	56%

Fonte: elaborada pelas autoras (2020).

É possível inferir, a partir dos dados elencados nesta tabela, que nos programas de pós-graduação da UERN a quantidade de mulheres supera a de homens em apenas uma grande área do conhecimento, Linguística, Letras e Artes. Porém, a porcentagem superior de mulheres é diminuta, se for comparada às outras áreas onde os homens possuem maior representatividade, mesmo considerando que a área de Linguística, Letras e Artes possui o maior número de programas na instituição (5). Importante mencionar a área de Ciências Sociais Aplicadas, como única área de avaliação que representa igualdade na distribuição de docentes por gênero. Ressalte-se também a área de Ciências Biológicas, que se aproxima da paridade, embora ainda apresente uma diferença considerável, em se tratando das discussões de gênero e representatividade.

A maior disparidade pode ser observada na área de Ciências Exatas e da Terra, onde somente 12% do seu quadro docente é composto por mulheres. Na UERN, este campo compreende os cursos de pós-graduação em Ciência da Computação e Física. Esses dados vão ao encontro dos resultados obtidos em estudo de abrangência nacional, dos autores Tuesta *et al.* (2019), apontando que:

[...] a proporção de homens é consideravelmente maior que a de mulheres para quase todas as subáreas de Ciências Exatas e da Terra (acima de 32% de diferença), com exceção de Química (diferença de 2,86%) e Oceanografia (16,16%). Em Física, nota-se que a proporção de pesquisadoras é a menor das subáreas, sendo a diferença entre os gêneros superior a 58% (TUESTA *et al.*, 2019, p. 44).

Outra constatação importante levantada neste estudo é a de que 82,09% das publicações acadêmicas em Ciência da Computação é feita por homens, enquanto as mulheres, apesar de uma evolução nos últimos anos, publicam apenas 15,91% dos estudos da área (TUESTA *et al.*, 2019).

Através da área de formação acadêmica na graduação, é possível fazer inferências sobre o perfil de atuação docente por gênero na pós-graduação. Partindo do pressuposto que o docente da pós-graduação quase sempre atua na sua área de formação original, ou em área correlata. Pinto, Carvalho e Rabay (2017, p. 47) afirmam que “na educação superior, o agendamento do conhecimento se expressa na concentração de mulheres nas ciências humanas, sociais e da saúde; e dos homens nas ciências exatas, naturais e tecnológicas.”

Um dado relevante apontado por Negri (2020) é que apenas 14% do total de pesquisadores da Academia Brasileira de Ciências são mulheres (NEGRI, 2020), servindo como mais um elemento para demonstrar a dominação e predominância masculina perante o gênero feminino no campo científico. Há uma tendência nacional de formação e atuação da mulher nas áreas de ciências humanas, sociais e da saúde (PINTO; CARVALHO; RABAY, 2017). No entanto, essa tendência de concentração feminina em determinadas áreas do conhecimento não pode ser observada entre os docentes na UERN, pois conforme expresso na tabela 2, não há concentração feminina nos programas de Ciências da Saúde e Ciências Humanas, pelo contrário, são áreas que possuem maioria masculina entre os professores.

Como se viu, apenas a área de Ciências Sociais apresenta igualdade na distribuição do número de docentes por gênero, percebendo-se ainda um percentual significativo de atuação das mulheres nas áreas biológicas, com quase que total domínio masculino na área de Ciências Exatas e da Terra. A área multidisciplinar apresenta um contraponto, não é igualitária na participação por gênero, mas a diferença de 12% a mais de docentes homens também não representa uma completa dominação do gênero masculino, como pode ser observado em outras áreas de avaliação.

As disparidades aqui mencionadas são perceptíveis não só na atuação por área de conhecimento, como também na concessão de bolsas aos cientistas e pesquisadores do País. Considerando os dados do ano de 2020, as mulheres representam apenas 37% dos beneficiários PQs concedidas pelo Governo brasileiro através do CNPq (OLIVEIRA *et al.*, 2021). A bolsa PQ é destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento do CNPq (CNPQ, 2015).

Analisando a distribuição de bolsas por gênero, agora tendo como parâmetro as grandes áreas de avaliação da CAPES, evidenciam-se mais ainda as desigualdades entre homens e mulheres. Considerando todas as áreas em que são concedidas bolsas, apenas em

Linguística, Letras e Artes há predominância do gênero feminino. Mas essa área sozinha não é capaz de fazer frente à grande desigualdade entre os gêneros, com absoluto domínio masculino na concessão de bolsas, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição nacional por gênero dos bolsistas PQ nas grandes áreas.

Área	Gênero masculino	Gênero Feminino
Ciências Exatas e da Terra	77,9%	22,1%
Ciências Humanas	51,3%	48,7%
Ciências Biológicas	54,2%	45,8%
Engenharias	76,7%	33,3%
Ciências da Saúde	61,9%	38,1%
Ciências Sociais Aplicadas	63,8%	36,2%
Ciências Agrárias	73,1%	26,9%
Linguística, Letras e Artes	32,4%	66,6%

Fonte: Adaptado de Oliveira *et al.* (2021).

Percebe-se, de acordo com a tabela acima, que a quantidade de bolsistas do gênero masculino no Brasil é notoriamente superior ao número de mulheres bolsistas (dados de 2020), em quase todas as áreas do conhecimento. Em se tratando da quantidade de bolsistas PQ vinculados aos Programas de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, observa-se a mesma direção mostrada na tabela 3. Dos dez bolsistas PQ, sete (70%) são homens e três (30%) são mulheres. Cabe ressaltar que os 10 docentes bolsistas da UERN não foram tipificados, segundo os diferentes níveis da Bolsa Produtividade do CNPq.

Na tabela 4, é apresentada essa distribuição por gênero, grande área e programa com os dados da UERN, observando-se, então, a mesma tendência nacional de proporção na concessão de bolsas.

Tabela 4 - Quantidade de bolsistas PQ por gênero, grande área e PPG na UERN.

Pesquisador	Grande área	PPG	M	F
1	Ciências Exatas e da Terra	PPG em Física	-	1
2	Ciências Biológicas	PMPG em Ciências Fisiológicas	1	-
3	Ciências Sociais Aplicadas	PPG em Serviço Social e Direitos Sociais	-	1
4	Ciências Exatas e da Terra	PPG em Física	1	-
5	Ciências Biológicas	PPG em ensino de Biologia	1	-
6	Ciências Sociais Aplicadas	PPG em Serviço Social e Direitos Sociais	-	1
7	Ciências Sociais Aplicadas	PPG em Economia	1	-
8	Ciências Exatas e da Terra	PPG em Física	1	-
9	Ciências Exatas e da Terra	PPG em Física	1	-
10	Ciências Exatas e da Terra	PPG em Física	1	-

Fonte: Adaptado de CNPQ (2021a, 2021b).

Ainda quanto ao quantitativo de bolsas PQ acima descrito, 50% dessas estão concentradas na grande área de Ciências Exatas e da Terra, especificamente no Programa de Pós-Graduação em Física, das quais apenas uma mulher é beneficiária, número muito inferior à quantidade de bolsistas do gênero masculino na mesma área/programa (4).

Vale salientar que, nacionalmente, as áreas mais contempladas com bolsas PQ são as Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, destacando-se, dentro dessas áreas, o quantitativo altíssimo de bolsas destinadas ao curso de Física, bem superior à quantidade destinada aos outros cursos. A concentração de bolsas na área das Exatas, da Terra e Engenharias provoca uma profunda desigualdade de gênero na distribuição das PQs, pois são áreas majoritariamente de predominância masculina, em que observa-se, historicamente, baixa atuação de mulheres (GUEDES; AZEVEDO; FERREIRA, 2015).

De um total de 301 docentes da UERN, apenas 3% que atuam em programas de pós-graduação *stricto sensu* são bolsistas com incentivo e apoio à pesquisa. E o recorte de gênero na distribuição de bolsas PQ explicita as disparidades e as assimetrias no modo de promoção, incentivo e desenvolvimento da ciência. O fato é que as disparidades começam na sua base e direcionam o modo como a ciência opera em termos de distribuição de incentivos financeiros, seja por áreas e estruturas de pesquisa na universidade, e claro, como aqui se demonstra, também por gênero.

A partir dos dados coletados, evidencia-se que a representatividade de gênero na docência de cursos de pós-graduação na UERN, ainda que tenha avançado significativamente em termos quantitativos (como se revelou nas áreas das Ciências Sociais e Aplicadas e da Linguística, Letras e Artes), a disparidade permanece na maioria das categorias analisadas, com maior alcance na distribuição assimétrica de bolsas.

5 CONCLUSÕES

O ambiente acadêmico, lugar de lutas contra as assimetrias, estereótipos e preconceitos, é revelador também das suas próprias disparidades. Os resultados obtidos quanto à presença da mulher na docência de pós-graduação da UERN revelam o quão próximos estão dos índices nacionais, confirmando a perpetuação do gênero masculino como dominante em áreas consideradas expressivas no mundo da ciência.

A discussão sobre igualdade de gênero, apesar de presente em vários espaços da Universidade, não reflete numericamente a representatividade de gênero que se espera. Quando comparados, os resultados aqui encontrados expressam o que já é perceptível nos demais setores da sociedade, ou seja, a predominância masculina.

Na UERN, quando se consideram, de modo geral, os cargos de gestão dos programas, 39,1% são ocupados por mulheres. Trata-se de dado significativo e sinalizador de mudanças, mas que não foge à regra que indica a nítida superioridade masculina na ocupação de postos administrativos. Da mesma forma ocorre na distribuição de bolsas PQ, com menor presença numérica do gênero feminino.

O caminho para o alcance da igualdade de gênero permanece longo. Apesar dos avanços, ao se considerar todo o contexto histórico e social, é possível entender o quanto é necessária a luta pela equidade e igualdade de gênero na sociedade brasileira. Além da representatividade numérica igualitária, é necessário que a sociedade verdadeiramente enxergue a mulher como um ser de atribuições, direitos e capacidades iguais às dos homens.

Um limite deste trabalho foi a falta de dados sobre raça e etnia no perfil das(os) pesquisadoras(es) no Relatório da PROPEG, o que inviabilizou essa discussão nos resultados. Embora, o referido Relatório não tivesse como fim traçar esse perfil, quando consideramos um debate de gênero a partir da interseccionalidade, entendemos que a falta de informações sobre essa questão amplia e aprofunda as disparidades no ambiente acadêmico e científico, que ainda é um lugar elitizado e majoritariamente branco.

Com esse estudo, buscou-se contribuir para a visibilidade das questões de gênero dentro da academia, que ainda precisa avançar e problematizar com maior profundidade a estrutura patriarcal, que inviabiliza as mulheres de ocuparem igualmente os espaços em que opera a ciência. É importante refletir o porquê da permanência das disparidades, diante de tantos avanços e direitos que já foram conquistados. É importante que a UERN, assim como as demais IES do Brasil, incorpore estruturalmente esses avanços, promovendo assim, a equidade de gênero entre os seus diferentes segmentos e níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

ARRUZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, n. 01, 2015. Disponível em:

https://bancadafeministapsol.com.br/wp-content/uploads/2021/01/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

BARROS, S. C. da V.; MOURÃO, L. Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. **Psicologia em Estudo**, v. 25, [s.n.], 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722020000100220&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Bolsas individuais no País (RN-028/2015)**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ**. 2021a. Disponível em: http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso?f_inst_uf=RN#BUSCA. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ**. Bolsas em curso. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2021b. Disponível em: http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.buscapelonome2a2?f_inst_uf=RN&f_inst=501100000002&v_sele_modal=BOL_CURSO. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Plataforma Sucupira. **Cursos avaliados e reconhecidos**. 2020a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoBuscaAvancada.jsf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior divulgação dos resultados - 2019**. Brasília: Inep, 2020b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, v. 59, [s.n.] p. 719-754, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. de A.; SILVA, H. H. M. da. A evolução do ensino da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação (Campinas)**, São Paulo, v. 20, n. 1. p. 163-187, mar., 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/8CnjZmYsCs7xkrWKn7vj9Nd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELFINO, L. Dias. **Pós-graduação stricto sensu no Semiárido Potiguar e busca pela superação da assimetria regional**: um estudo na UERN/Campus Pau dos Ferros (RN). 2020. 142 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros (RN), 2020.

DOMINGOS, T.; SANTOS, S. C. M. Notas introdutórias sobre ciência e decolonialidade nos países Sul-Sul. **Revista da Rede-TER**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2022. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTER/article/view/3952/3136>. Acesso em: 01 fev. 2023.

FARBER, S. G.; VERDINELLI, M. I. A.; RAMEZANALI, M. A universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 5, n. 4, p. 116-140, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p116>. Acesso em: 25 out. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FUSCO, W.; OJIMA, R. Nordeste do Brasil: interiorização do ensino superior e mobilidade pendular. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Abep, 2017. p. 1-8, Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2576>. Acesso em 19 dez. 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GUEDES, M. de C.; AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. **Cadernos Pagu**, p. 367-399, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3PPQWwQPCxGBSm3zXQfnMvD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

NEGRI, F. de. **Mulheres na Ciência do Brasil: ainda invisíveis?**. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>. Acesso em: 27 ago. 2021.

OLIVEIRA, A. *et al.* Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Configurações-Revista Ciências Sociais**, n. 27, p. 75-93, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/11979>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PINTO, É. J. S.; CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, G. As Relações de Gênero nas escolhas de Cursos Superiores. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 47-58, maio, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6173>. Acesso em: 12 ago. 2021.

QUEIROZ, F. M. de; COELHO, M. I. S.; SILVA, S. F. da. A inserção social da Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. **Serviço Social & Sociedade**, n. 139, p. 464-475, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XT6pnqj5gNtNCPrcC4VhQR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, violência e patriarcado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, E. A. I. **Ciência no feminino: um estudo sobre a presença da mulher docente na pós-graduação da UFPE**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TUESTA, E. F. *et al.* Análise da participação das mulheres na ciência: um estudo de caso da área de Ciências Exatas e da Terra no Brasil. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 37-62, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4656/465657930003/movil/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG). **Programas de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado**. 2020. Disponível em: <http://propeg.uern.br/default.asp?item=propeg-posgraduacao-mestrado-doutorado>. Acesso em: 02 dez. 2020.

VARGAS, H. M. Interiorização da educação superior pública no Brasil: pontos de atenção, ajustes e autonomia universitária. **Revista de Estudios Brasileños**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/131849>. Acesso em: 13 set. 2021.